



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DO EDITAL Nº 18/2020 DO PREGÃO ELETRÔNICO DA LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2020

REF. PROCESSO Nº 050299-29.2019.6.05.8000

SUPER ESTÁGIOS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.320.576/0001-52, estabelecida na Rua Praia do Flamengo, 66, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pela sua sócia e advogada, Poliana Modenesi Ferraz, brasileira, casada, inscrita na OAB-ES sob o nº 17.938, legalmente constituída na forma dos seus atos constitutivos, vem à presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fundamento no artigo 41, § 1º e § 2º da Lei nº 8.666/1993 e item do Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2020, interpor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1. DOS FATOS

Foi publicado o Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2020 pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, representado neste ato por seu Pregoeiro Oficial, com a realização do referido certame no dia 03/06/2020, às 13h30min, tendo o respectivo Pregão como objeto a contratação de serviço de agente de integração, visando à

operacionalização do Programa de Estágio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no âmbito da Secretaria e das Zonas Eleitorais da Capital, bem como para a execução de processo seletivo aberto ao público, para recrutamento e seleção de estagiários de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

O objetivo da presente impugnação é a retificação do item 2.2 da Seção II (Das Condições de Participação), uma vez que não garantiu neste certame a participação exclusiva das microempresas e pequenas de pequeno porte, conforme determina o art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e o art. 6º do Decreto nº 85381/2015.

2. DA ADMISSIBILIDADE

O artigo 41 da Lei de Licitações – Lei nº 8.666/1993 prevê em seu § 1º o prazo legal para interposição da impugnação pelo licitante, *in verbis*:

“Artigo 41. ... § 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 três dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.”

Acrescenta o Decreto 5.450/2005 em seu artigo 18:

“Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.”

Não resta qualquer dúvida que o Impugnante é parte legítima para apresentar a presente Impugnação, e o faz tempestivamente, devendo a presente ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja processada e

julgada, produzindo seus efeitos para o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 18/2020.

3. DO DIREITO – DA EXCLUSIVIDADE DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O edital do Pregão Eletrônico n.º 18/2020 foi elaborado em observância ao arcabouço normativo pátrio, que concede às microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) tratamento diferenciado.

Tal tratamento encontra assento constitucional no art. 170, demonstrando que o constituinte teve a preocupação com o desenvolvimento nacional e o fomento do crescimento econômico, senão vejamos:

“(...) Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País”.

Por força do art. 146, alínea “d”, da Constituição, foi editada a Lei Complementar - LC nº 123/2006, que concretiza o tratamento diferenciado das ME/EPP, regulamentada atualmente pelo Decreto n.º 8.538/2015.

A LC n.º 123/2006, alterada pela LC n.º 147/2014, em seu art. 48, inciso I, e o citado Decreto regulamentador, em seu art. 6º, dispõem que as licitações que envolvam itens ou lotes com valor estimado de até R\$ 80.000,00 **deverão ser destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme redação transcrita a seguir:

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - **deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente** à participação de **microempresas e empresas de pequeno porte** nos itens de contratação cujo valor seja de **até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**”; (grifos nossos)

Decreto n.º 8.538/2015

“Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes **deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente** à participação de **microempresas e empresas de pequeno porte** nos **itens ou lotes de licitação** cujo valor seja de **até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**.”

Anteriormente, a exclusividade nas licitações cujos itens eram de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) era uma faculdade, concedendo a Administração discricionariedade em aplicá-la ou não.

Diante da nova redação do art. 48 da Lei Complementar, tornou-se um ato vinculado, ou seja, para cumprir o dispositivo legal supracitado a Administração Pública **é obrigada a** realizar licitação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte quando o valor do item licitado não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Resta claro, que, pelo que o se depreende no inciso I do art. 48 da Lei Complementar n° 123/2006, a lei **impõe** que a Administração realize licitações com participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte.

A lei apenas excepciona dessa regra as situações em que não haja um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas

de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Esta exceção não se aplica à licitação em análise pois ao realizar uma busca no COMPRASNET verifica-se que há mais de três fornecedores microempresas e/ou empresas de pequeno porte na região que podem participar do certame. De mesmo modo, os incisos III e IV do art. 49 da LC nº. 123/2006 também não aplicam porque não existem evidências de que uma contratação com microempresas ou empresas de pequeno porte seja desvantajosa para a Administração e não se trata de licitação dispensável ou inexigível.

Considerando que existem fornecedores aptos a prestar o serviço em número superior ao mínimo obrigatório, a competitividade está garantida e consequentemente a obtenção do melhor preço para a Administração.

Desse modo, ao definir uma licitação como de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, **a Administração está apenas cumprindo uma imposição legal. Não se tem autonomia para deixar de fazê-lo sem infringir a legislação que trata sobre o tema.** Por este motivo, a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte é medida que se impõe.

Assim, **diante do exposto e considerando que o objeto do Pregão Eletrônico n.º 18/2020 teve seu valor estimado em R\$ 60.024,00 (sessenta mil e vinte e quatro reais), portanto, abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deve ser retificado o Edital para garantir a exclusividade da participação das microempresas e empresas de pequeno porte, não devendo serem abarcadas empresas/instituições com natureza jurídica diversa e/ou de outro porte.**

4. DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer o conhecimento desta Impugnação, julgando-a totalmente procedente para retificar o edital de licitação de Pregão Eletrônico nº 18/2020, garantindo a exclusividade da participação das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme as considerações acima despendidas e, em seguida, dar continuidade no procedimento licitatório.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro/RJ, 22 de maio de 2020.


SUPER ESTAGIOS LTDA EPP
Poliana Modenesi Ferraz